

A cobertura da mídia tradicional sobre a ocupação indígena na Secretaria de Educação do Estado do Pará¹

Lívia Leoni²

Melyssa Almeida³

Roberta Cartágenes da Costa⁴

Jússia Ventura⁵

Universidade Federal do Pará

RESUMO

A pesquisa analisa a cobertura midiática da ocupação da Secretaria de Educação do Pará por 20 etnias indígenas, que protestavam contra a Lei 10.820 e a gestão de Rossieli Soares. O objetivo é compreender como os portais Diário Online, O Liberal e G1 narraram o movimento entre 14 de janeiro e 5 de fevereiro de 2025. Com base na análise de discurso, e em autores como Verón (2005) e Benetti (2010), foram identificadas narrativas que priorizam falas do governo e descredibilizam o movimento indígena. A pesquisa aponta ainda o apagamento identitário das lideranças e o papel da comunicação independente, feita por indígenas nas redes sociais, na revogação da lei.

PALAVRAS-CHAVE

Cobertura midiática; Ocupação indígena; Lei 10.820; Apagamento identitário; Pará.

CORPO DO TEXTO

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Estudos da Comunicação, evento integrante da programação do 22º Congresso de Ciências da Comunicação da Região Norte, realizado de 28 a 30 de maio de 2025.

² Discente do 7º semestre de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal do Pará. E-mail: livialeoni.comunicacao@gmail.com.

³ Discente do 7º semestre de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal do Pará. E-mail: melyssaoalmeida@gmail.com.

⁴ Discente do 7º semestre de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal do Pará. E-mail: rocartagenes@gmail.com.

⁵ Docente da Universidade Federal do Pará no curso de Comunicação Social e orientadora do trabalho. E-mail: jussiaventura@gmail.com.

20 etnias indígenas ocuparam por mais de 30 dias a Secretaria de Educação do Estado do Pará (Seduc), que protestavam pela revogação da Lei 10.820 e pela exoneração do atual Secretário de Educação, Rossieli Soares. A lei, aprovada na Assembleia Legislativa, em dezembro de 2024, colocou em risco a educação indígena, ao alterar as gratificações dos professores do Somei (Sistema Modular de Ensino Indígena), que tornaria inviável a permanência dos educadores nos territórios e levaria a um modelo de ensino remoto.

Nesse sentido, a pesquisa pretende compreender como a mídia tradicional paraense fez a cobertura da ocupação, a partir da análise de três portais de notícias - Diário Online (DOL), O Liberal e G1 - no período de 14 de janeiro até o dia 5 de fevereiro. A metodologia utilizada é a análise de discurso, pois, segundo Benetti (2010), é o método que permite mapearmos as vozes do Jornalismo, além da identificação de sentidos, bem como a análise crítica da narrativa (Motta, 2013), o que é essencial para compreender a externalidade do contexto em que as matérias foram veiculadas. Para discutirmos o jornalismo hegemônico é imprescindível incluir no debate os veículos de comunicação, empresas aliadas à lógica capitalista (Araujo *et al*, 2014).

No Diário Online, foram publicadas 12 matérias sobre a ocupação. Entre as 12, apenas quatro possuem algum integrante da comunidade indígena na matéria. Por outro lado, todas as matérias veiculadas possuem um representante do governo retratado, seja em nota da Seduc, ou em falas do secretário de educação, Rossieli Soares, ou em posicionamentos do governador Helder Barbalho. As matérias realizaram escolhas de discurso que descredibilizam o movimento indígena, afirmando, por exemplo, que apenas “uma dezena de etnias ocupam a Seduc” (Justiça determina..., 2025, s. p.). É válido reforçar que, das dez lideranças indígenas citadas nas reportagens, apenas duas se mostraram contrárias à Lei 10.820. As outras lideranças destacaram a importância do diálogo com o Governo do Estado em uma situação como esta.

Calixto Xerente (2020) afirma que a educação indígena precisa ser construída em diálogo com a comunidade, algo que não foi reforçado durante a elaboração da Lei 10.820. Ao registrar falas de lideranças indígenas alinhadas ao discurso do governo, a mídia procura criar a narrativa deste diálogo, mas que, ao fazer uma análise expandida, percebe-se que este diálogo é exclusivo de uma parcela pequena da comunidade.

No portal do jornal O Liberal, foram publicadas 6 matérias no período analisado, das quais 4 possuem entrevistas com representantes do Governo do Estado, 3 possuem entrevistas com lideranças indígenas, sendo nenhuma delas contrária ao Governo, e 2 sem entrevista alguma. Das publicações analisadas, 4 delas têm como sujeito da frase o “Governo do Estado”, sempre em contexto apaziguador e com sentenças que levam a crer em uma resolução iminente. Por exemplo, a manchete do dia 26 de janeiro de 2025 do jornal O Liberal é “Governo do Pará elabora legislação para a educação indígena com participação das comunidades” (Governo do Pará..., 2025, s.p.).

Os povos indígenas que ocuparam a Seduc só aparecem como sujeito da frase em uma manchete, do dia 24 de janeiro de 2025. A manchete diz: “Manifestantes indígenas faltam a encontro com o governador do Pará” (Manifestantes indígenas..., 2025, s.p.). Descritos como “manifestantes indígenas”, que informa a falta deles a um encontro com o Governador, nenhuma liderança foi ouvida para justificar a suposta ausência na matéria.

Verón (2005) compreende que os “modos de dizer”, ou seja, a escolha das palavras em um discurso, são produtores de sentido. Nesse contexto, o jornal O Liberal expressa e produz uma narrativa a partir de suas manchetes, principalmente quando coloca o Governo do Estado como sujeito das frases. Pode-se inferir, então, que a partir do que é construído pelo jornal, que o governo é atuante e protagonista desta narrativa, e as comunidades indígenas são passivas à situação - fato refutável ao se observar o contexto real.

Já o portal G1, publicou 11 matérias sobre a ocupação entre o início da ocupação até o dia 5 de fevereiro. Entre as 11 matérias, 6 citaram o Ministério Público Federal (MPF) e 6 trouxeram falas de representantes do governo estadual. Dessas, 3 mencionaram a Seduc, 5 apresentaram a mesma fala do secretário Rossieli Soares e 1 incluiu uma declaração do governador Helder Barbalho. Ao mesmo tempo, outras 5 matérias repetiram as falas de lideranças indígenas, especificamente citando “líderes indígenas no prédio”, Alessandra Korap (Munduruku) e Auricélia Arapiuns (do Conselho Indígena do Tapajós e Arapiuns).

As comunidades indígenas passaram por um processo impositivo colonizador de apagamento de suas culturas, etnias, diversidades e identidades (Santos; Costa, 2025). Ao simplificar a identificação das lideranças indígenas sem citar seus nomes ou suas etnias, a mídia reforça o apagamento colonialista. Ou seja, não basta apenas reproduzir falas dos

representantes das comunidades indígenas, mas é importante se questionar: quem está falando está sendo representado? Fala por toda a comunidade ou apenas pela sua?

No Pará, o Estado é um grande anunciante publicitário dos veículos comunicacionais, o que faz com que os jornais locais se “partidarizem, no sentido de criar alianças políticas e ideológicas, a fim de manter a lógica comercial que sustenta o mercado jornalístico”. Sendo assim, a grande mídia paraense tem repercutido as notícias da ocupação da Seduc por meio da narrativa construída pelo Governo do Pará, de tal maneira que realizaram escolhas de discurso que descredibilizam o movimento indígena. A revogação da lei só foi possível pela utilização da comunicação independente e contracolonial feita por indígenas utilizando o Instagram.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, I.; ALVES, V.; COSTA, A. **O jornalismo fora de foco**: reflexões das narrativas do jornal Diário do Pará. In: INTERCOM–CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORTE. 2014.

BENETTI, Marcia. Análise do Discurso em jornalismo: estudo das vozes e sentidos. In: LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia (org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 3. ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2010, p. 107-122.

CALIXTO XERENTE, E. Complexidade da gestão escolar indígena: apontamentos particulares. **Articulando e Construindo Saberes**, Goiânia, v. 5, 2020. DOI: 10.5216/racs.v5.66341. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/racs/article/view/66341>. Acesso em: 21 abr. 2025.

Justiça Federal determina desocupação do prédio da Seduc. Diário Online, 22 jan. 2025, s.p.

Governo do Pará elabora legislação para a educação indígena com participação das comunidades. O Liberal, 26 jan. 2025, s. p.

Manifestantes indígenas faltam a encontro com o governador do Pará. O Liberal, 24 jan. 2025, s. p.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise Crítica da Narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013, p. 254.

SANTOS, H. Serejo; COSTA, V. M. A educação indígena em interface com as tecnologias a partir da perspectiva narrativa de mulheres indígenas. **Anagramas Rumbos y Sentidos de la Comunicación**, v. 23, ed. 46, p. 1 – 20, 2025. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11407/8792>. Acesso em: 12 abr. 2025.

VERÓN, Eliseo. Quando ler é fazer: a enunciação no discurso da imprensa escrita. In: VERÓN, Eliseo. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2005, p. 215-238.



Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
22º Congresso de Ciências da Comunicação da Região Norte – online - 28 a 30/05/2025